

EMPREGADOS DO ESTADO

ESTABILIDADE CONSTITUCIONAL

Tribunal

TST

s dois acórdãos do TRT da 3ª Região.

Proc. TST-RR-6.603/84, Julgado em 11-09-1985

VENCIDO O MINISTRO ALVES DE ALMEIDA

Arquivo do EMFOR, TST/1.852

EMFOR 448

RESUMO

- De nada adiantaria a intervenção do Estado no relacionamento jurídico empregado × empregador, outorgando direitos mínimos, caso o primeiro pudesse, diante de circunstâncias reinantes e da impiedosa vida econômica em sociedade, renunciar os direitos assegurados. - Daí a natureza imperativa dos preceitos trabalhistas e, por via de consequência, o princípio da irrenunciabilidade. - A matéria versada nestes autos já está pacificada na Justiça do Trabalho em face da edição do enunciado nº 230 (*), da Súmula da Jurisprudência predominante: "É ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes." - Dou provimento ao recurso para deferir, conforme pleiteado, a complementação das horas alusivas ao aviso prévio, na razão de cento e oitenta. - Friso que, somente, se pode atribuir a um erro datilográfico a referência contida na peça... - aviso prévio na base de cento e oitenta dias. Proc. TST-RR-4.167/86, ac. de 21-11-1986 Arquivo do EMFOR, TST/2.124 (*) "É ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes." ("EMFOR", Nº 451, t. AVISO PRÉVIO, st. HORAS REDUZIDAS...) EMFOR 470

EMENTA

De nada adiantaria a intervenção do Estado no relacionamento empregado × empregador, outorgando ao primeiro garantia mínima, caso pudesse o beneficiado, diante de circunstâncias reinantes, especialmente ligadas à impiedosa vida econômica em sociedade despojar-se da garantia. - Daí os preceitos trabalhistas terem natureza imperativa, atraindo, por via de consequência, o princípio da irrenunciabilidade.